

# Panorama Mensal – Outubro

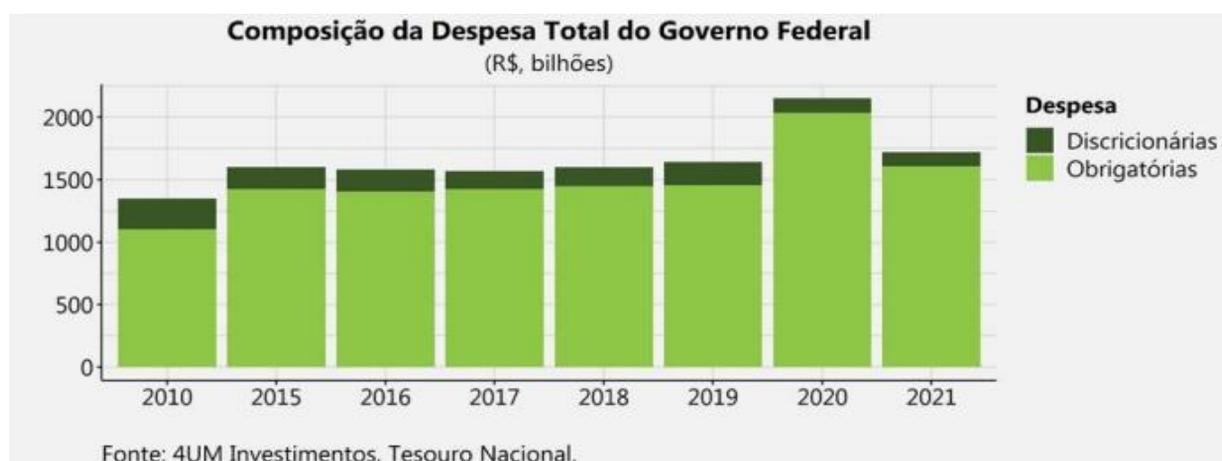
## Comentário do Gestor

### Prêmio de Risco Fiscal

A forte volatilidade observada nos mercados domésticos nas últimas semanas evidencia um problema há muito tempo não equacionado, embora menor nos últimos anos. O problema crônico do gasto público e a péssima condução da política fiscal por parte do governo elevou significativamente os prêmios de risco da economia brasileira.

A Emenda Constitucional 95 de 2016, mais conhecida como a Lei do Teto de Gastos instituiu que, para os próximos 10 anos subsequentes à promulgação da emenda, a despesa total do governo federal não poderia exceder o total da despesa do ano anterior corrigido pela taxa de inflação, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos últimos 12 meses encerrados em junho do ano corrente. Ou seja, o nível de despesa pública não poderá aumentar em termos reais.

Hoje a despesa total do governo federal é da ordem de R\$ 1.720 bilhões, sendo que, desse montante, R\$ 731 bilhões são benefícios previdenciários (43%), R\$ 344 bilhões são despesas com pessoal (20%), R\$ 382 bilhões são outras despesas obrigatórias (22%) e R\$ 262 bilhões são despesas discricionárias (15%). Desde a instituição do Teto de Gastos, a estratégia dos governos concentrou-se exclusivamente em reduzir as despesas discricionárias (despesas que podem ser reduzidas, como as com saúde, educação e segurança) para não furar o teto, dado que as despesas obrigatórias (previdência e pessoal) crescem 5% ao ano em termos reais. Dessa forma, cada vez mais as despesas obrigatórias tomam espaço das discricionárias, como podemos verificar na figura abaixo.



O problema dos Precatórios, que são títulos expedidos pelo Poder Judiciário reconhecendo uma dívida de um ente público com outros entes, pessoas físicas ou jurídicas, após condenação judicial definitiva, se acentuou recentemente e foi o gatilho para uma manobra fiscal por parte do governo. Segundo informações encaminhadas pelo Poder Judiciário, cerca de R\$ 90 bilhões deveriam ser direcionados para gastos com sentenças judiciais no Orçamento federal de 2022, o que nos parece estar longe de ser o principal problema do gasto público. Essa despesa em termos reais cresceu 5% ao ano desde 2009.

# Panorama Mensal – Outubro

## Comentário do Gestor

### Prêmio do Risco Fiscal

O Teto de Gastos é a única medida hoje que limita o crescimento exponencial e descontrolado das despesas públicas e qualquer iniciativa para o seu enfraquecimento deve ser interpretada como uma péssima perspectiva futura. Antes do início da pandemia existiam regras complementares ao Teto para a sustentabilidade da despesa pública. Por conta da emergência sanitária, diversas delas foram flexibilizadas.

A iniciativa do governo para solucionar as despesas dos Precatórios foi enviar para o Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propõe o parcelamento das dívidas que deveriam ser pagas em 2022 com a criação de um limite para o pagamento (valor de 2016 acrescido da inflação do período; algo em torno de R\$ 45 bilhões). Por si só esse parcelamento já deve ser visto com maus olhos, dado que não houve capacidade de remanejar outros recursos do orçamento. No entanto, a PEC implica em uma revisão do Teto de Gastos para abrir espaço para o programa “Auxílio Brasil”. Ou seja, em um assunto estritamente relacionado a despesas judiciais, foi agregada uma revisão do arcabouço fiscal atual, acrescida de um aumento de transferência social.

Tratando primeiramente do Teto de Gastos, acreditamos que a revisão não seja uma boa medida, além de ser claramente casuística. A PEC proposta visa alterar a correção pela inflação dos 12 meses até junho do ano corrente para 12 meses até dezembro do ano corrente, retroativamente desde 2016. Por conta da sazonalidade da inflação, que na metade do ano tende a ser menor do que no fim do ano, a correção retroativa elevará o nível do Teto e isso abriria mais espaço para despesas. Segundo estimativas, essa correção retroativa do indexador poderá abrir mais de R\$ 50 bilhões para 2022. Se aprovada para os próximos anos, a correção do Teto poderá ser baseada apenas em uma estimativa de IPCA, dado que o projeto orçamentário é enviado em agosto e nesse período não se sabe quanto será a variação da inflação em dezembro.

Ou seja, somando-se o parcelamento dos Precatórios, que já abre algo em torno de R\$ 45 bilhões, com a mudança do indexador (R\$ 50 bilhões), concluímos que a medida criaria uma expansão fiscal de R\$ 95 bilhões que previamente não existia.

Segundo ponto de atenção: a criação do “Auxílio Brasil”, em substituição ao Bolsa Família, aumentando o benefício médio de cerca de R\$ 150 para R\$ 400, uma medida que vemos como claramente meritória. A recuperação da economia não elevou a renda real da população para os mesmos níveis pré-pandêmicos. Porém, faz sentido elencar esse programa a uma fonte não recorrente de receita (calote em dívida e revisão do Teto) sem atacar e enfrentar grupos de interesse que capturam parte significativa do orçamento? Para nós, não faz. Faz sentido transformar um programa de estado (como é o Bolsa Família) num programa de governo com data de validade para final de 2022? Também não faz sentido. O custo orçado para esse programa até o final desta administração está em torno de R\$ 70 bilhões. Ou seja, como afirmamos que a expansão do teto será de R\$ 95 bilhões, existem R\$ 25 bilhões ainda “sem” destino, que devem ser canalizadas para as “Emendas do Relator” do orçamento no Congresso Nacional, segundo informações.

# Panorama Mensal – Outubro

## Comentário do Gestor

### Prêmio do Risco Fiscal

Todo esse artifício fiscal, que possui uma finalidade de turbinar a popularidade do governo, deverá dobrar o déficit primário esperado de 2022 para algo em torno de 1,5% do PIB. O mais grave é que, a longo prazo, essa elevação artificial do Teto produzirá mais dívida, mais juros e expectativas deterioradas.

A proposta foi votada e aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados (03/11/2021) e o segundo turno de votação ainda será agendada. Já no Senado federal, onde a PEC também precisa ser aprovada, o cenário é mais complexo para o governo. Ainda não existe maioria para a sua aprovação. Mesmo que aprovada, a PEC será questionada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), já que existem flagrantes de ilegalidades contidas na proposta.

Dado essa conjuntura volátil e pouco previsível, o mercado precifica que o Banco Central do Brasil (BCB) precisará ir muito mais longe do que o esperado previamente em sua política monetária. Na curva de juros, a expectativa implícita é que a Selic encerre o ciclo de alta em torno de 13% até o segundo trimestre de 2022.

Apesar de concordarmos que o cenário se deteriorou de maneira significativa, em nossa avaliação o mercado está superestimando o ciclo de aumento da Selic para os próximos meses. Esperamos que a Selic no final do ciclo termine com uma taxa próxima a 11%. Esperamos que a inflação medida pelo IPCA comece a reduzir nos próximos meses por conta da fraca retomada da renda real da economia. Se esse cenário se confirmar, poderemos ver uma redução nas taxas de juros de mercado e com isso um avanço na inclinação negativa vista atualmente da curva nominal e real de juros (taxas de curto prazo mais altas do que as de longo prazo).

Parafrazeando Alexandre Schwartzman: “Nenhuma surpresa aqui: além do Carnaval, samba e (em outros tempos) o futebol, uma das nossas marcas mais fortes é jamais aprender com os próprios erros”.

### Projeções

Indicador	2021		2022	
Crescimento do PIB (% a.a)	4,8	↓	0,9	↓
IPCA (% fim do período)	9,3	↑	4,1	=
Taxa Selic (% fim do período)	9,2	↑	11,0	↑
CDI (% acumulado no ano)	5,2	↑	9,5	↑
Desemprego (% fim do período)	13,1	↑	11,5	↑



# Resultados

Outubro/2021

## Plano de Contribuição Definida - Instituído

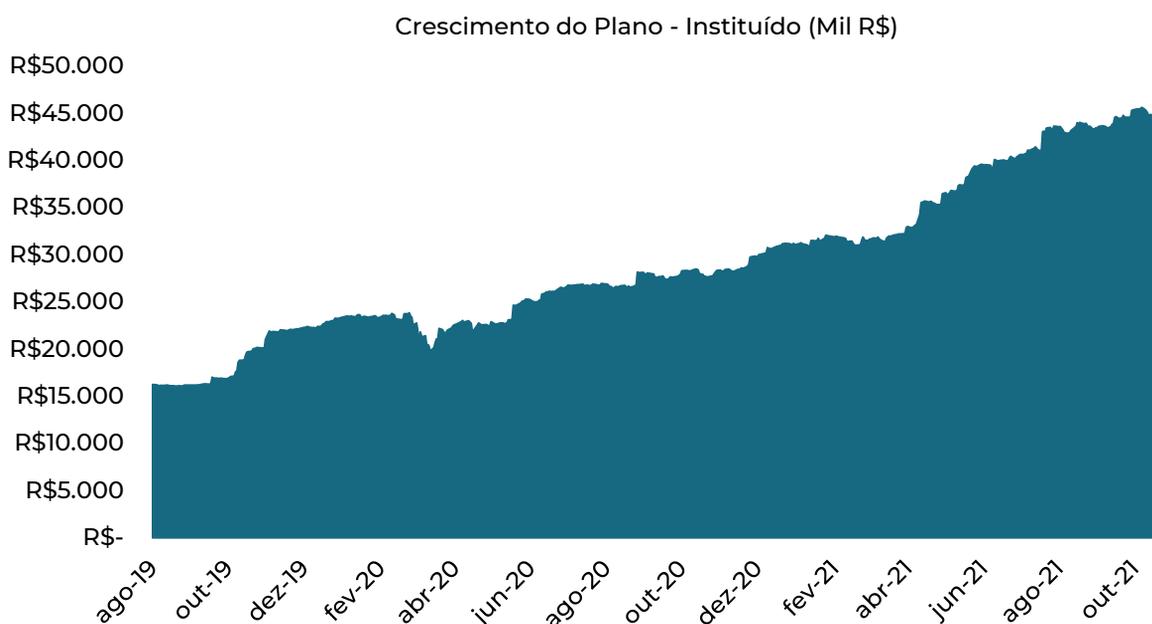
Performance detalhada referente ao mês de Outubro

O Plano de Contribuição Definida Instituído teve uma variação de -1,08% no mês, enquanto o CDI performou 0,48% e o benchmark 1,45%.

Plano de Contribuição Definida - Instituído				
	Mês	Ano	12 M	Desde o início
ANABBPREV - Instituído	-1,08%	-1,37%	5,61%	5,27%
INPC + 3,72%	1,45%	11,77%	15,24%	15,18%
% do CDI	-224,06%	-45,52%	168,46%	100,49%

## Crescimento do plano Instituído

O plano apresentou uma variação de -1,26% no mês de Outubro e 172,5% desde o início.



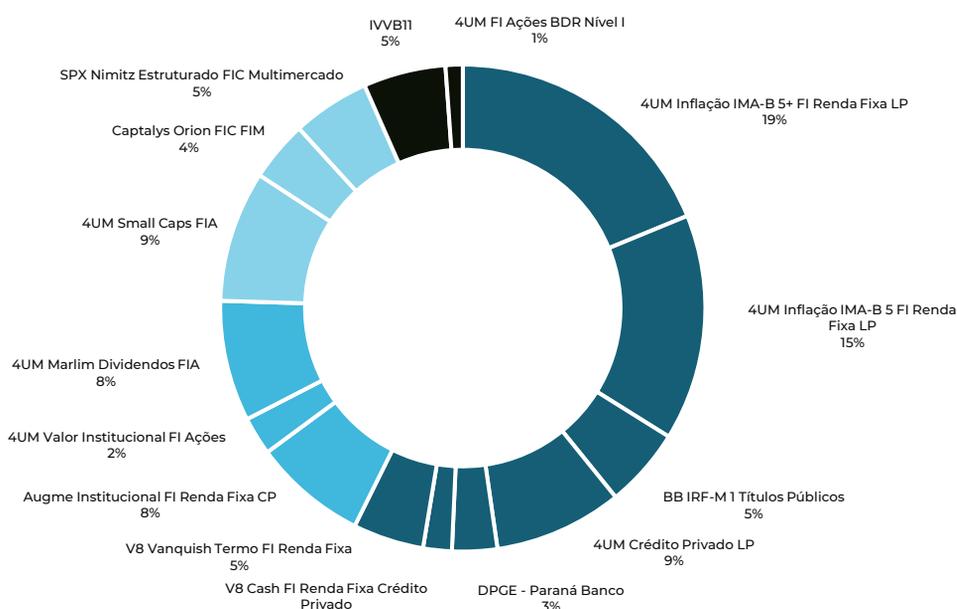


# Resultados

Outubro/2021

## Composição do Portfólio - Instituído

Carteira Consolidada					
Fundo	Classe		R\$		%
4UM Inflação IMA-B 5+ FI Renda Fixa LP	Renda Fixa		R\$	8.291.041,54	18,8%
4UM Inflação IMA-B 5 FI Renda Fixa LP	Renda Fixa		R\$	6.623.258,44	15,0%
BB IRF-M 1 Títulos Públicos	Renda Fixa		R\$	2.332.616,83	5,3%
4UM Crédito Privado LP	Renda Fixa		R\$	3.771.596,92	8,6%
DPGE - Paraná Banco	Renda Fixa		R\$	1.325.360,36	3,0%
V8 Cash FI Renda Fixa Crédito Privado	Renda Fixa		R\$	840.688,34	1,9%
V8 Vanquish Termo FI Renda Fixa	Renda Fixa		R\$	2.082.269,30	4,7%
Augme Institucional FI Renda Fixa CP	Renda Fixa		R\$	3.330.452,84	7,6%
4UM Valor Institucional FI Ações	Renda Variável		R\$	1.120.699,98	2,5%
4UM Marlim Dividendos FIA	Renda Variável		R\$	3.533.792,05	8,0%
4UM Small Caps FIA	Renda Variável		R\$	3.838.255,68	8,7%
Captalys Orion FIC FIM	Multimercado		R\$	1.769.025,06	4,0%
SPX Nimitz Estruturado FIC Multimercado	Multimercado		R\$	2.271.800,65	5,2%
IVVB11	Investimento no Exterior		R\$	2.419.650,00	5,5%
4UM FI Ações BDR Nível I	Investimento no Exterior		R\$	503.857,63	1,1%
<b>Patrimônio Líquido</b>			<b>R\$</b>	<b>44.054.365,62</b>	<b>100,0%</b>





# Resultados

Outubro/2021

## Plano de Contribuição Definida - Patrocinado

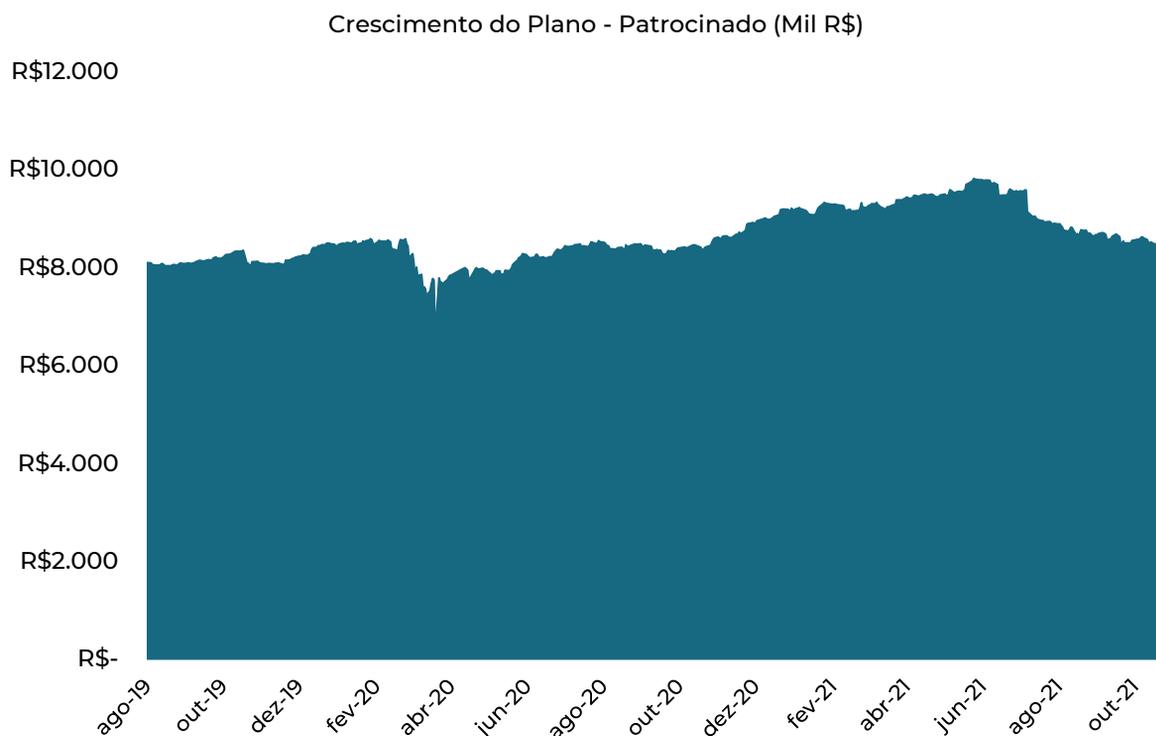
Performance detalhada referente ao mês de Outubro

O Plano de Contribuição Definida Patrocinado teve uma variação de -0,57% no mês, enquanto o CDI performou 0,48% e o benchmark 1,45%.

Plano de Contribuição Definida - Patrocinado				
	Mês	Ano	12 M	Desde o início
ANABBPREV - Patrocinado*	-0,57%	0,02%	6,69%	8,19%
INPC + 3,72%	1,45%	11,77%	15,24%	15,18%
% do CDI	-117,93%	0,57%	200,70%	155,98%

## Crescimento do Plano Patrocinado

O plano apresentou uma variação de 0% no mês de Outubro e 5,6% desde o início.



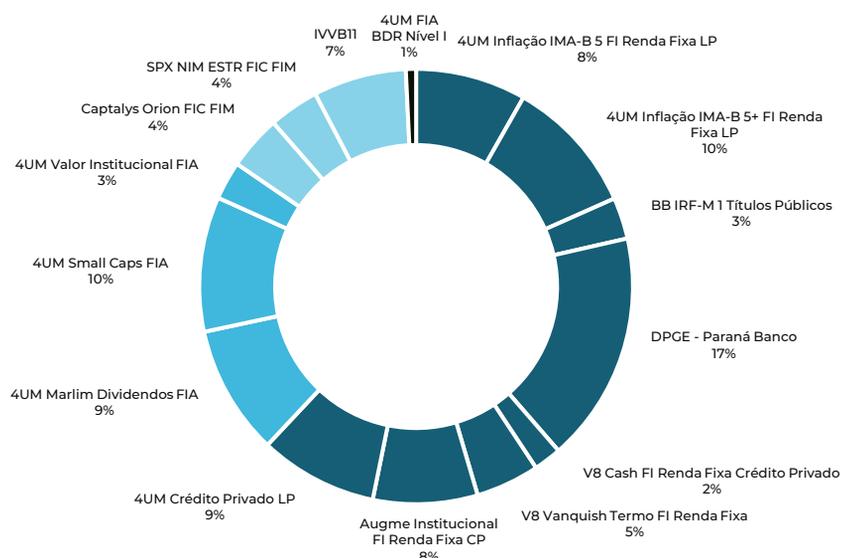


# Resultados

Outubro/2021

## Composição do Portfólio - Patrocinado

Carteira Consolidada				
Fundo	Classe	R\$		%
4UM Inflação IMA-B 5 FI Renda Fixa LP	Renda Fixa	R\$	695.061,82	8,2%
4UM Inflação IMA-B 5+ FI Renda Fixa LP	Renda Fixa	R\$	853.482,53	10,1%
BB IRF-M 1 Títulos Públicos	Renda Fixa	R\$	259.394,83	3,1%
DPGE - Paraná Banco	Renda Fixa	R\$	1.445.847,67	17,2%
V8 Cash FI Renda Fixa Crédito Privado	Renda Fixa	R\$	174.609,09	2,1%
V8 Vanquish Termo FI Renda Fixa	Renda Fixa	R\$	399.993,79	4,7%
Augme Institucional FI Renda Fixa CP	Renda Fixa	R\$	657.118,21	7,8%
4UM Crédito Privado LP	Renda Fixa	R\$	742.794,50	8,8%
4UM Marlim Dividendos FIA	Renda Variável	R\$	812.548,38	9,6%
4UM Small Caps FIA	Renda Variável	R\$	845.007,05	10,0%
4UM Valor Institucional FIA	Renda Variável	R\$	239.911,28	2,8%
Captalys Orion FIC FIM	Multimercado	R\$	340.409,21	4,0%
SPX NIM ESTR FIC FIM	Multimercado	R\$	314.789,02	3,7%
IVVB11	Investimento no Exterior	R\$	584.678,00	6,9%
4UM FIA BDR Nível I	Investimento no Exterior	R\$	64.042,05	0,8%
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>R\$</b>	<b>8.429.687,43</b>	<b>100,0%</b>





# Performance

## Outubro/2021

### Renda Fixa

Grande parte da composição do portfólio dos planos são compostos por ativos de renda fixa, mais precisamente, 64,91% para o Instituído e 62,02% para o Patrocinado, ao final do mês de Outubro de 2021. Entre destaques dos ativos da classe de renda fixa, o DPGE do Paraná Banco e o Augme Institucional FI RF CP que tiveram rentabilidades de 0,84% e 0,80% no mês, respectivamente.

Fundo e Ativo de Renda Fixa	Mês	12M	24M	36M
4UM Inflação IMA-B 5+ FI Renda Fixa LP	-3,94%	-	-	-
4UM Inflação IMA-B 5 FI Renda Fixa LP	-1,37%	1,03%	-2,91%	-
4UM FI Renda Fixa Crédito Privado LP	0,51%	4,37%	6,89%	-
BB IRF-M 1 Títulos Públicos FIC RF Prev.	-0,52%	1,51%	5,24%	12,55%
DPGE - Paraná Banco <sup>1</sup>	0,84%	20,49%	-	-
Augme Institucional FI Renda Fixa Crédito Privado <sup>2</sup>	0,80%	8,07%	12,88%	-
V8 Cash FI Renda Fixa Crédito Privado <sup>3</sup>	0,44%	3,80%	7,52%	-
V8 Vanquish Termo FI Renda Fixa <sup>3</sup>	0,48%	4,10%	-	-
CDI	0,48%	3,33%	6,70%	13,33%

<sup>1</sup> Alocação em 30/03/2020; <sup>2</sup> Alocação em 10/08/2021; <sup>3</sup> Alocação em 26/08/2021.

### Renda Variável

Os fundos 4UM Marlim Dividendos FIA, 4UM Small Caps FIA e o 4UM Valor Institucional FIA tiveram uma variação de -3,55%, -5,37% e -6,82% respectivamente, enquanto o Ibovespa teve uma rentabilidade de -6,74%.

Fundo de Ações	Mês	12M	24M	36M
4UM Marlim Dividendos FI Ações	-3,55%	15,88%	4,04%	43,75%
4UM Small Caps FI Ações	-5,37%	5,35%	9,28%	59,12%
4UM Valor Institucional FI Ações	-6,82%	-	-	-
Ibovespa	-6,74%	7,16%	-3,77%	23,51%

### Multimercado

O fundo Captalys Orion FIC FIM e o SPX Nimitz Estruturado FIC Multimercado tiveram uma rentabilidade de 0,66% e 1,70% respectivamente, enquanto o CDI teve uma rentabilidade de 0,48%.

Fundo Multimercado	Mês	12M	24M	36M
Captalys Orion FIC FIM Crédito Privado**	0,66%	8,28%	19,59%	34,43%
SPX Nimitz Estruturado FIC Multimercado	1,70%	10,73%	17,87%	20,77%
CDI	0,48%	3,33%	6,70%	13,33%

\*\* Alocação em 30/06/2021

### Investimento no Exterior

Na parcela de investimentos no exterior do portfólio da ANABBPprev, o IVVB11 teve uma rentabilidade de 10,98% e o 4UM FIA BDR Nível I, teve uma performance de 8,35% no mês de Outubro.

Investimento no exterior	Mês	12M	24M	36M
IVVB11	10,98%	36,93%	117,78%	178,16%
4UM FI Ações BDR Nível I	8,35%	-	-	-
S&P 500	10,92%	35,83%	114,23%	170,55%



## CONTATOS

Telefone

(61) 3317-2600 | 0800 727 2611

E-mail

[atendimento@anabbprev.org.br](mailto:atendimento@anabbprev.org.br)

Horário de atendimento

Seg – Sex 09:00 às 18:00